

A mulher negra em Ponciá Vicêncio: caminhos da consciência e da memória

Thays de Abreu Bartolazzi¹
Vera Lúcia da Silva

Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la.
Em cofre não se guarda coisa alguma.
Em cofre perde-se a coisa à vista.
Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la por admirá-la, isto é, iluminá-la ou ser por ela iluminado.
Guardar uma coisa é vigiá-la, isto é, fazer vigília por ela, isto é, velar por ela, isto é, estar acordado por ela, isto é, estar por ela ou ser por ela.
Por isso, melhor se guarda o voo de um pássaro
Do que de um pássaro sem voos.
Por isso se escreve, por isso se diz, por isso se publica,
por isso se declara e declama um poema:
Para guardá-lo:
Para que ele, por sua vez, guarde o que guarda:
Guarde o que quer que guarda um poema:
Por isso o lance do poema:
Por guardar-se o que se quer guardar.
(Antônio Cícero)

A trajetória de Ponciá Vicêncio, personagem que dá nome ao romance da afro-brasileira Conceição Evaristo, publicado em 2003, pode ser resumida em dois polos – gosto e desgosto - que resultam de um descentramento de seu lugar no mundo e de si mesma² em um processo de negociação de uma identidade negra e feminina.

¹ Mestrandas em Literatura, Cultura e Contemporaneidade da Puc-Rio. thaysbartolazzi@yahoo.com.br, vsilva.lucia@hotmail.com

² Hall (2011) sugere que o duplo descentramento do sujeito constitui uma “crise de identidade”.

A narrativa desenha o processo de formação da personagem, preocupando-se em descrevê-la em todos os seus aspectos desde o seu nascimento até a sua maturidade. É interessante perceber que a curvatura da história difere da habitual ascendência protagonizada por heróis e heroínas das narrativas tradicionais, uma vez que Ponciá nascida grande, declina, sofre talvez uma espécie de morte.

Evaristo se utiliza da literatura como sua *gagueira, sua linha de fuga*³ para dizer o que só começa a ser narrado agora, para abrir uma janela sobre o protagonismo da mulher negra na elaboração de si e dos outros. Assim, podemos dizer que a autora concorda com Calvino (2009, p.125) quando este diz que “A literatura é necessária à política em primeiro lugar quando ela dá voz àquilo que não tem voz, quando dá um nome àquilo que ainda não tem nome, e especialmente àquilo que a linguagem política exclui ou tenta excluir.” O nome aqui é Ponciá Vicêncio: múltiplo, contingente.

Desconstruindo o modelo das narrativas centradas na sociedade patriarcal, como *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre, o texto marca a presença da mulher negra como potência capaz de rasurar a ideia ocidental de sociedade. A mãe, mulher que ditava as ordens da casa, e a quem o marido assentia, é o espelho em que Ponciá quer se ver refletida. Nesse tempo de criança, ela “gostava de ser menina. Gostava de ser ela própria. Gostava de tudo. Gostava.” (EVARISTO, 2003, p.13). A marca linguística do verbo, representando uma frase, antecipa-nos seu futuro: gostava, não gosta mais.

O medo que a personagem tinha, quando criança, de virar menino ao passar debaixo do arco-íris, concretiza-se ao longo da narrativa na medida em que ela vai deixando de gostar de ser mulher - ao ponto de até mesmo desejar que o mito se concretizasse.

Lélia Gonzalez, em seu artigo “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, defende que, para se pensar a respeito do lugar da mulher negra no processo de formação cultural da sociedade brasileira, é necessário trabalhar com conceitos de consciência e memória:

³ DELEUZE, Gilles. PARNET, Claire. Diálogos. São Paulo: Editora Escuta, 1998.

“Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. Como memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade. Consciência exclui o que memória inclui.” (GONZALEZ, 1984, p.226)

É a partir dessas noções de consciência e memória problematizadas por Lélia é que pretendemos abrir algumas frestas para possíveis leituras da memória de um feminino negro em Ponciá Vicêncio que, segundo nos parece, vai a uma direção oposta a obras em que a figura do homem é a central, voz que a consciência insiste em inscrever no imaginário da cultura, mas que a memória de Vicêncio resiste, para trazer à tona o esquecido.

A mulher, que carrega no sobrenome a marca do sofrimento da escravidão, do senhor branco – Vicêncio era o sobrenome do “dono” do bisavô da protagonista – é a guardiã de uma memória e ao mesmo tempo artífice de uma consciência a ser remodelada, como o barro do fundo das águas, que ela trabalha e que representa um elo com sua origem. Construíam peças de barro, que ao passarem pelo fogo saíam duras, custosas de quebrar. Como elas mesmas.

Apesar do estranhamento de um nome que não é seu, por mais que a menina Ponciá tente se apropriar dele aos berros, confrontando-o a sua própria imagem refletida nas águas do rio para sempre concluir que aquela marca não pertence mesmo a ela, a menina gosta de se saber mulher. Para Hall (2003), gênero, assim como raça, é uma categoria histórica e como tal é produto de uma construção cultural, política, nunca natural, biológica, genética, essencial. A construção do devir- mulher no contexto da infância de Ponciá envolve o poder do feminino negro como elemento da memória coletiva.

Um dos eixos constituintes do poder da mulher na Vila dos negros é o trabalho. Lembramos aqui a pertinente discussão de Sueli Carneiro no que concerne ao mito da fragilidade feminina e da conseqüente proteção paternalista dos homens e da sua impossível aplicação ao cotidiano das mulheres negras:

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres

negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, provavelmente nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas ... mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deviam ganhar as ruas e trabalhar! (CARNEIRO, 2003, p.1)

Cabia às mulheres cuidar da terra dos pretos enquanto os homens cuidavam da terra dos brancos. Eram elas que faziam a terra produzir alimentos e articulavam as maneiras de transformar seu trabalho em renda. Alimentavam e defendiam a si e a seus filhos, uma vez que seus homens raramente estavam em casa: “Fora criada sozinha, só com a mãe. Tinha mais um irmão que pouco brincava com ela, pois acompanhava o pai no trabalho da roça, nas terras dos brancos. Ela e a mãe ficavam dias e dias sem ver os dois.” (EVARISTO, 2003, p.21)

Conforme Ecléa Bosi (1994, p.469), o trabalho incorpora-se à subjetividade no sentido de que o sujeito, em suas práticas laborais cotidianas, constrói a si mesmo, é inserido obrigatoriamente no sistema de relações econômicas e sociais e é empoderado. Segundo ela, “ele (o trabalho) é um emprego, não só como fonte salarial, mas também como lugar na hierarquia de uma sociedade feita de classes e de grupos de status”. Assim, o que há para Bosi, em especial para as classes historicamente espoliadas, é uma amalgamação do trabalho à própria vida em uma relação “visceral”.

O trabalho das mulheres da vila dos pretos é o que sustenta a existência individual e coletiva, é algo a ser passado a outra geração como valor. E é também através dele que a mulher assume centralidade e protagonismo, enfim, um lugar de ação e voz.

É ainda através das suas formas de trabalho diversas e flexíveis, que elas mantêm sua territorialidade, conceito caro a Mbembe quando este diz que

Não há identidade sem territorialidade, que não seja a vívida consciência de ter um lugar e ser dono dele, seja por nascimento, por conquista ou pelo fato de ter se estabelecido em um dado local

e este ter se tornado parte de sua auto-representação. A territorialidade *par excellence* é a localidade, ou seja, a casa, o pequeno espaço e o estado herdado, em que relações próximas e diretas são reforçadas pelo pertencimento a uma genealogia comum, à mesma matriz, real ou suposta, que serve como base para o espaço cívico.
(MBEMBE, 2001 p 23)

Assim elas mantêm a memória familiar e comunitária, evitam a mobilidade que esfacelaria o território parte da autorrepresentação de cada um, onde a casa de um é a de todos:

Estava com fome e não tinha nada para comer. Tinha algum dinheiro, mas, na terra dos negros, o alimento não era vendido. Quem que tivesse fome era só chegar à casa de alguém e pedir o que comer. Aquele tivesse repartia o pão e não aceitava nada em troca. Havia um enorme prazer em oferecer, em dividir o alimento com o outro. Dormia-se também em qualquer casa, o abrigo era uma dádiva para todos, contanto que o acolhido não se importasse com a pobreza de seu acolhedor. (EVARISTO, 2003, p. 93)

O pedaço de chão, apesar de dado e roubado sistematicamente pelo antigo senhor de escravos, é o “estado herdado”, abriga uma matriz, uma ancestralidade que une por meio de diversos símbolos singulares aqueles negros, entre esses símbolos, reiteramos, o trabalho feminino. Para Bosi (1994, p.20) “Entre as famílias mais pobres, a mobilidade extrema impede a sedimentação do passado, perde-se a crônica da família e do indivíduo em seu percurso errante. Eis um dos mais cruéis exercícios da opressão econômica sobre o sujeito: a espoliação das lembranças.”

Contudo Ponciá não deseja dar continuidade a uma saga que para ela é de derrota, vergonha e dor. A despeito da herança, do compromisso de não esquecer e de não deixar esquecer sua memória, ao mesmo tempo também de muitos, escolhe do dominante ou, como nomina se desterritorializar, atende ao discurso da consciência. Está no bojo desse discurso o mito da democracia racial, materializado de alguma forma na falácia da igualdade de oportunidades que existiria nas cidades. Pensamos ver essa encenação desmascarada por Gonzalez quando esta afirma que “Desde a época colonial aos dias de hoje,

percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados.” (GONZALES, 1984, p. 49)

A lógica da consciência, lugar de uma ideologia racista e sexista opera no momento em que Ponciá, mulher e negra, duplamente marginalizada, mesmo trabalhando na cidade a fim de conseguir a tão sonhada casa para si, para a mãe e o irmão, passa a habitar um barraco “que flutuava ao vento”, um lugar de preto.

Ponciá então busca em um homem - aquele para quem ela gostaria de ser como as mulheres que a constituíram eram para os seus: “estrelas [...], iluminavam a noite que existia no peito dos homens” (EVARISTO, 2003, p. 89) – o alívio de sua solidão, da saudade dos seus e da dor causada pela ausência de si mesma. Todavia, seu homem “era tão bruto, tão calado”(EVARISTO, 2003, p. 49). Então a moça se cala, perde sete filhos, se perde, é violentada, se isola em ausências cada vez maiores, cada vez mais produtivas. É essa ausência, essa inação, que traça os caminhos da memória. Ausência que, quando chega ao extremo, conduz ao retorno à origem, à volta da ação.

Assim, a busca pelo conhecimento de si, imbricada nessas ausências, revela-se, na acepção de Nietzsche (1966, p.287), como *vontade de potência*, e, como tal, em força organizadora, em espiral. Para ele “uma espécie apossa-se de uma quantidade de realidade para se tornar senhora dessa realidade, para pô-la a seu serviço.” Ponciá é tomada pelo processo de posse de um real para além do apresentado, precisa imprimir em seu devir-mulher o caráter de ser negra, de ser muitas. Abre-se a fresta para a memória.

Assim como o trabalho, a música e o artesanato também são ferramentas de transmissão de saberes. Através delas Ponciá aprendia o que era mais relevante para sua comunidade. Mia Couto (2007) diz que “o universo da oralidade não é uma coisa menor, é uma grande escola, é um outro sistema de pensamentos”. Assim como assinala Couto, a oralidade torna-se central na transmissão de um saber que é de fato imprescindível para a sobrevivência daquele povoado, como percebemos na passagem:

Na roça [...] outro saber se fazia necessário. O importante na roça era conhecer as fases da lua, o tempo de plantio e de colheita, o tempo das águas e das secas. O saber que se

precisa na roça difere em tudo do da cidade. (EVARISTO, 2003, p. 28)

Tais saberes construídos afetivamente, de forma colaborativa, entre as mulheres da Vila, ao mesmo tempo que trabalham, cantam, buscam no fundo do rio o barro necessário para o artesanato, são as formas através das quais inscrevem seus nomes no mundo dos brancos.

Luandi, irmão de Ponciá, já longe da mãe e da irmã, reconhece o artesanato das duas em uma exposição de objetos de cerâmica na cidade grande e se emociona. É pela arte que a família mantém seus laços, e mãe e filha assinam seu nome, através de “trabalhos que contavam partes de uma história. A história dos negros talvez” (EVARISTO, 2003, p. 126)

Um dia, Ponciá Vicêncio percebe-se como resultado do mito da democracia racial, do discurso da consciência pautado em uma ilusória igualdade de oportunidades. Nesse momento, retomando os conceitos de Lélia, a consciência é escamoteada e a memória toma seu lugar:

A vida escrava continuava até os dias de hoje. Sim, ela era escrava também. Escrava de uma condição de vida que se repetia. Escrava do desespero, da falta de esperança, da impossibilidade de travar novas batalhas, de organizar novos quilombos, de inventar outra e nova vida.(EVARISTO, 2003, p.83)

A memória da escravidão, herdada de seu avô, converteu-se na escravidão de si mesma, na medida em que ela é prisioneira de uma vida miserável financeira e emocionalmente, por estar longe dos seus. O avô, que numa explosão de revolta contra a exploração sofrida pelos negros há séculos, apossa-se de uma foice, assassina sua mulher para depois tentar se matar. Acudido, não consegue concretizar o intento, herdando desse momento de loucura a perda de parte de um braço. A neta, sua herdeira, mutila-se também, repetindo em si mesma o modo como o avô lidava com a ausência da mão – o braço para trás - violenta-se cotidianamente, na cozinha do dominante, nos socos de seu homem, na impossibilidade de realizar-se como mulher e mãe, na falta de energia para a vida, para a mudança. Para Ecléa Bosi

Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, desloca estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante. (BOSI, 1994, p.47)

A partir do momento em que a memória não é só uma lembrança para Ponciá, mas ocupa todo o espaço da consciência, ela começa a sentir cada vez mais forte no plano físico a presença de sua origem: o barro. O cheiro do barro entranha em suas mãos e elas coçam até sangrar. As mãos clamam pelo retorno e, atordoada, ela decide voltar à Vila Vicêncio, já que o pouco da leitura que tinha aprendido com os padres missionários – complementado depois por seu esforço – de nada adiantou na cidade. Ainda em referência a Bosi: “A memória teria a função prática [...] de levar o sujeito a reproduzir comportamentos que já deram certo” (BOSI, 1994, p.47). Foi o que a moça fez: regressou a uma vida que, outrora, dera certo.

Assim, no momento em que reencontra a mãe e o irmão e todos voltam para o rio, origem da vida humana em mitos orientais e ocidentais da criação do homem, ou seja, lugar de invenção, de forjar o humano e para o barro, Vicêncio recupera o gosto pela vida, o seu papel integrador de mulher, voltando a assumir os valores do matriarcado rejeitados pela sociedade senhorial e traduzidos no trabalho, na arte e na música que os embalam, sendo, novamente, elo e herança de uma memória individual e coletiva, da qual, mesmo tendo tentado, jamais conseguiu se desvencilhar.

Nesse reencontro de si, o arco-íris, também chamado por ela de cobra celeste, que na sua infância teria poderes de fazê-la deixar de ser mulher, se desfaz. O angorô (a grande serpente do céu), agora, jamais teria o poder de arruiná-la, de expulsá-la do seu chão. Ponciá, mulher e negra, sabe, enfim, qual é a memória que precisa atualizar e guardar como uma herança que se guarda nas águas do rio.

Referências Bibliográficas:

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. 3ª ed. São Paulo: Annablume, 2004.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: Lembranças de velhos*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CALVINO, Ítalo. Usos políticos certos e errados da literatura. In: *Assunto encerrado – discursos sobre literatura e sociedade*. Companhia das letras, 2009.

CARNEIRO, Sueli. “Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”. In: Ashoka Empreendimentos Sociais; Takano Cidadania (Orgs.). *Racismos Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

COUTO, Mia. Entrevista. *Jornal das Letras, Artes & Ideias*. Lisboa, 18 de agosto de 1994.

DELEUZE, Gilles. PARNET, Claire. Uma conversa, o que é e para que serve? In: *Diálogos*. São Paulo: Editora Escuta, 1998.

EVARISTO, Conceição. *Ponciá Vicêncio*. Belo Horizonte: Mazza, 2003.

HALL, Stuart. Pensando a diáspora. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Org. Liv sovik; trad. Adelaine La Guardia Resende et al. UFMG: Belo Horizonte, 2003.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, n.1, 2001.

NIETZSCHE, Friedrich. *Vontade de potência*. Trad. Mário P. Ferreira Santos. Globo: Rio de Janeiro, 1966.